

MOÇÃO

VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

A CRP refere no seu articulado entre outras matérias o Direito à Saúde e o Direito ao trabalho e ao trabalho com direitos. Neste sentido, o mínimo que se pede a quem foi eleito pelo povo Português é o respeito pela Lei fundamental do País.

Sendo estas duas áreas estruturantes numa sociedade, são igualmente aquelas onde também mais se fazem sentir as políticas liberais e de direita, seja pela destruição das funções sociais do Estado, pela procura de lucro e armazenamento de dividendos, ou mesmo pelo desrespeito do outro, quando se anula a sua valorização e o seu direito a uma vida melhor.

Os trabalhadores da saúde nestes últimos anos foram louvados, aplaudidos, considerados essenciais, tudo acções e palavras de circunstância porque, na realidade, e apesar de tanta preocupação manifestada, o resultado está à vista de todos - nada se alterou:

- Mantem-se a não valorização profissional e salarial, e não se reconhece o direito ao desenvolvimento de uma carreira ou profissão,
- Mantem-se a falta de trabalhadores nas várias instituições do SNS,
- Mantem-se os elevados ritmos de trabalho e o não cumprimento do seu direito ao descanso.

Tudo situações bem conhecidas de todos que se agravam diariamente, sem que sejam tomadas decisões estruturais para o sector e postas em prática soluções que visem a melhoria e o reforço do SNS.

Mais uma vez as opções de classe estão bem visíveis, na aposta feita pelo actual Governo, quando para colmatar os problemas estruturais existentes no SNS (ausência de valorização dos profissionais e recrutamento de trabalhadores para o sector), coloca em prática soluções paliativas como é o caso do encerramento rotativo e “temporário” até março de 2023 de unidades de Obstetrícia/Ginecologia.

Contrariamente ao que se anuncia, esta não é uma medida de defesa do SNS, dos seus trabalhadores e de preocupação com a saúde das populações, esta é sim uma medida que irá contribuir no médio prazo para uma reconfiguração do SNS à semelhança do que acontece com a transferência de competências para as autarquias já em curso.

Tudo situações e opções políticas que restringem o direito ao trabalho colocando em causa o direito à saúde das populações e o próprio SNS, uma das conquistas de Abril.

A Assembleia de Freguesia de Amora, reunida em 31 de Janeiro de 2023, delibera:

1 – Exigir ao Governo da República uma adequada orçamentação do SNS, por forma a permitir aumentar a sua capacidade de resposta, valorizar as carreiras, remunerações e direitos dos profissionais de saúde, por forma a garantir o acesso das populações aos cuidados de saúde;

2 – Exigir junto do Governo da República o desenvolvimento e abertura de procedimentos concursais com vista a dotar os serviços do SNS de trabalhadores da saúde em número suficiente para as suas necessidades e efectivo desempenho;

3 - Exigir do Governo da República, uma política de saúde que reafirme e mantenha a centralidade do Serviço Nacional de Saúde, como garante da universalidade do acesso aos cuidados de saúde;

4 - Remeter esta Moção, após aprovação, à Presidência da Câmara Municipal do Seixal e Assembleia Municipal do Seixal, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Saúde, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República e à Comissão Parlamentar de Saúde.

Amora, 31 de Janeiro de 2023

Os Eleitos da CDU